



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

MEGAEMPREENDEMENTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE E LESTE DO MARANHÃO: tragédias e enfrentamentos cotidianos envolvendo movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais.

Autoria: Helciane de Fátima Abreu Araujo (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão), Vasconcelos Gaioso Arydimar Jurandir Santos de Novaes Mariana Leal Conceição Nóbrega

O work apresenta resultados da pesquisa Projeto Brasil Central, desenvolvida no período de 2015 a 2019, por pesquisadores de nove universidades públicas, em uma região denominada Brasil Central. A nova cartografia social realizada fez uso de técnicas de georreferenciamento e de mapeamentos das situações de conflitos, vivenciados por grupos sociais, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais, face à expansão do agronegócio e de megaempreendimentos agroindustriais e de infraestrutura. Três situações emblemáticas de intervenção desses megaempreendimentos no estado do Maranhão revelam peculiaridades de estratégias empresariais e dos confrontos cotidianos de grupos que se autodenominam trabalhadores rurais, mulheres quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares e assentados. A expansão de agroindústrias, a exemplo da Maity Bioenergia S/A, produtora de cana de açúcar no município de Campestre do Maranhão e da empresa Suzano S/A, produtora de celulose no município de Imperatriz, reproduz estratégias do passado, com a expansão da pecuária no sudoeste do estado, que dão sustentação à ideia de “desenvolvimento”, associada a outros termos, como “evolução”, “progresso”, “crescimento econômico”, “riqueza”, formando um pensamento que se contrapõe ao modo de viver e de pensar de povos e comunidades tradicionais, lançados ao plano do “atraso” pelos discursos desenvolvimentistas, e classificados como “indigentes” ou “miseráveis”. Estratégias semelhantes foram identificadas no leste do estado, com a expansão do agronegócio da cana de açúcar que resultou em forte pressão sobre famílias que vivem da agricultura e de atividades extrativistas. Conclui-se, a partir do confronto dessas situações, que são diversas as formas de resistência e de



enfrentamento a um entendimento do senso comum, por vezes douto, de que essas formas de organização social, econômica e política precisam ser superadas. Por meio da construção de mapas, fascículos e boletins, sistematizamos a memória de lutas e resistências que se expressam no cotidiano desses grupos e povos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: